



Presente de grego

Os private banks prometem um tratamento vip aos clientes. Mas, muitas vezes, acabam por lhes passar a perna



**No Brasil,
os fundos
cometem
transgressões
sem qualquer
embaraço
legal**

No mundo competitivo dos private banks, virou moda, de repente, oferecer fundos de investimento exclusivos para a clientela. Principalmente os fundos multimercados, que realizam aplicações em diferentes ativos financeiros, como renda fixa, ações e derivativos (mercados futuros e de opções). Por permitir diferentes combinações, eles podem ser feitos sob medida para cada investidor, de acordo com seus objetivos e seu grau de aceitação de risco. Em geral, nos fundos exclusivos, os bancos também oferecem isenção das taxas de administração aos clientes. Considerando que, nos fundos mais seletivos da praça, as taxas de administração costumam variar de 0,5% a 2% ao ano sobre o patrimônio, conforme o tipo de aplicação, trata-se de uma oferta praticamente irrecusável. Quem pode, não pensa duas vezes para aceitá-la.

O problema é que o negócio pode não ser tão bom quanto parece à primeira vista. Muitas vezes, os fundos exclusivos rendem menos do que os fundos de investimento convencionais. Embora eles não cobrem taxa de administração, a maior parte investe o dinheiro dos aplicadores em outros fundos. E esses fundos cobram, sim, taxas de administração, que vêm

embutidas na variação das cotas. Estes, por sua vez, também aplicam em outros fundos, que cobram suas respectivas taxas de administração. Alguns também cobram taxas de performance, um pedágio adicional pago periodicamente pelos cotistas conforme o desempenho dos administradores. Assim, no acumulado, os investidores perdem, de forma velada, uma boa parte do rendimento que teriam se as taxas de administração fossem realmente nulas, como os bancos costumam alardear por aí.

Além disso, muitos administradores não costumam revelar aos clientes que eles ganham um "rebate" da taxa que é cobrada por terceiros.

Como recebem o ganha-pão dos fornecedores e não dos clientes, não zelam como deveriam pelo patrimônio da clientela. Nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos, isso não acontece. No exterior, há uma grande preocupação das autoridades – e dos próprios administradores – em evitar conflito de interesses. A legislação estabelece punições severas em caso de transgressões. Aqui tudo isso acontece à luz do dia, sem qualquer constrangimento legal. O mercado funciona como um grande faroeste financeiro. Afinal, para quem os bancos trabalham: para a clientela ou para os fornecedores?

Numa era em que a transparência na divulgação de informações aos clientes e acionistas – a chamada "governança corporativa" – está se tornando indispensável na vida das empresas, é difícil acreditar que grandes grifes financeiras do país e do mundo ainda adotem práticas semelhantes. Na área de private bank, prometem um tratamento vip, com a criação de fundos exclusivos e outros mimos para cativar a clientela, mas parecem querer mesmo é lhes passar a perna. E os clientes, satisfeitos com a distinção de ter o próprio fundo de investimento, sem pagar nem um centavo por isso, ainda agradecem. ■

* JOSÉ FUCS É EDITOR DE ECONOMIA E NEGÓCIOS DA REVISTA ÉPOCA